

, DE 2009

(Senhores Deputados Antônio Carlos Biffi e Gilmar Machado)

Requer a inclusão de novos convidados ao Requerimento nº 244/2009 de Audiência Pública, **já aprovado nessa Comissão de Educação e Cultura**, para debater as suspeitas de irregularidades sobre a distribuição de bolsas integrais e parciais a estudantes de elevada renda no PROUNI.

Senhora Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso III, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, inclusão dos seguintes convidados ao requerimento nº 244/2009 de Audiência Pública, já aprovado nessa Comissão de Educação e Cultura, para debater as suspeitas de irregularidade sobre distribuição de bolsas integrais e parciais a estudantes de elevada renda no PROUNI. Para tanto, indico abaixo as entidades a serem convidadas para o mesmo:

1. Fernando Haddad, Ministro da Educação;
2. Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR);
3. Ministro Walton Alencar Rodrigues, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU);
4. Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
5. Adriana Ferreira, Presidente da Associação dos Estudantes do PROUNI – GUNA;
6. Davi Terena, presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil.

JUSTIFICATIVA

O PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudos em

instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Segundo o site do Ministério da Educação o número de bolsas ofertadas pelo PROUNI para o segundo semestre de 2009 é de 91.227 para todo país.

A cada dia surgem novas denúncias envolvendo o PROUNI sobre possível distribuição irregular de bolsas integrais e parciais a estudantes de elevada renda.

Diante de um país em que os problemas educacionais são a principal preocupação dos governantes, temos o dever moral e ético de exercermos a Responsabilidade Social, principalmente no que tange à democratização do acesso à educação.

Nesse sentido, considerando o papel importante dessa Comissão de Educação e Cultura, solicito aos nobres pares aprovação deste requerimento para discussão de assunto tão importante.

Sala da Comissão, de setembro de 2009.

Antônio Carlos Biffi
Deputado Federal PT/MS

Gilmar Machado
Deputado Federal PT/MG
Vice-líder do Governo no Congresso